

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ÁSIA E DA ÁFRICA

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As relações internacionais da
Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007. 230 p.

DHIEGO DE MOURA MAPA

Mestrando em Relações Internacionais (PPGRI/UERJ),
Bolsista da CAPES

dhiegomapa@hotmail.com



Dhiego de Moura Mapa

O protagonismo internacional alçado pela política externa brasileira tem motivado, nos últimos anos, um intercâmbio acadêmico de nível internacional, cujo objetivo é a geração de uma rede de conhecimentos mútuos entre nações que possuem vínculos estratégicos. É no âmbito dessa produção de conhecimento que se insere a obra *As relações internacionais da Ásia e da África*, de Paulo Fagundes Vizentini⁶⁴, historiador especialista em Relações Internacionais.

Essa obra, de abordagem histórica, procura compreender “a constituição e o desenvolvimento de um sistema de Estados na periferia do sistema internacional”. Esse movimento, dado no tempo, possui especificidades regionais, cujo fio condutor é o sistema multipolar que se avista no horizonte. Com base nesse elemento estrutural, Vizentini se ocupa das particularidades do processo. A emergência de novos Estados acompanha a conformação de “três grandes regiões geopolíticas”:

- a) Ásia Oriental e Meridional;
- b) Oriente Médio e Ásia Central;
- c) África.

Essas regiões são analisadas em cada um dos três capítulos da obra, respectivamente.

A região asiática (capítulo 1º) é estudada por Vizentini mediante um processo que vai do fim do imperialismo japonês à ascensão da China como aspirante à potência mundial, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. O início da guerra fria foi marcado pelo surgimento da República Popular da China, em 1949, cuja vitória comunista finalizou um longo processo de guerra civil chinesa (desde a década de 10), o que representava um problema para a diplomacia norte-americana, por sua vez, ocasionando os pesados investimentos dos EUA na recuperação da economia japonesa (VIZENTINI, 2007, p. 34-35).

⁶⁴ É importante salientar que Vizentini integra um grupo de políticos, acadêmicos e intelectuais em geral que, ao se oporem ao projeto político neoliberal vigente no Brasil ao longo dos anos 90 (século XX), se identificaram abertamente com a Presidência de Lula da Silva desde 2003 e têm contribuído com obras conjuntas no âmbito do MRE/FUNAG para a compreensão do sistema internacional e para a formulação de um posicionamento nacional autônomo.

A situação geopolítica asiática sofreu uma guinada na década de 60, com o rompimento sino-soviético, que se iniciou com a “desestalinização”, e seria “motivado por divergências ideológicas e nacionais”, no qual a China se entendeu como país subdesenvolvido em oposição à superpotência soviética: trata-se da “Teoria dos Três Mundos”, elaborada pela diplomacia chinesa. (VIZENTINI, 2007, p. 48). Em meio a esse processo, os EUA viviam uma crise causada pela Guerra do Vietnã, para o qual buscava uma “saída honrosa”, que seria articulada por Henry Kissinger, por meio da “doutrina Guam” (vietnamização do conflito) e da aproximação sino-americana (1971), formando uma “tripolaridade estratégico-militar”.

A reaproximação diplomática sino-americana reforçaria o rompimento sino-soviético e marcaria o processo de estruturação de “uma nova geografia econômica na região da Ásia Oriental”, entre os anos 70-80 (VIZENTINI, 2007, p. 51). A vitalidade econômica da Ásia seria capitaneada pelo Japão e pelos tigres asiáticos, e o intenso desenvolvimento industrial na região seria marcado pelo “modelo asiático” (autoritarismo e intervenção estatal), gerando um desenvolvimento capitalista próprio (o “socialismo de direita” ou “capitalismo de esquerda”). Depois da morte de Mao Tsé-Tung (1976), a China adotou um modelo de desenvolvimento misto, criando as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), abertas ao capital estrangeiro (a “Economia Socialista de Mercado”). Com o princípio de “uma nação, dois sistemas” e a reaproximação com Washington, “os comunistas de Beijing reinseriam o país no concerto das nações” (VIZENTINI, 2007, p. 56-59).

O “modelo asiático”, com o fim da guerra fria, passou a ser um incômodo aos EUA nos anos 90, e as “questões da democracia e do mercado [...] constituem, na verdade, predominantemente uma oposição Norte-Sul” (VIZENTINI, 2007, p. 67). O esforço norte-americano deu-se no sentido de obstaculizar a configuração de um polo de poder asiático, cujo eixo se tornaria a China, em que a “lógica da presença norte-americana” na região seria impedir a formação de um bloco euro-asiático articulado, em grande medida, pela aproximação entre a Rússia e a China.

Apesar da crise financeira mundial de 1997, que afetou fortemente o desenvolvimento econômico asiático, o crescimento econômico chinês

Dhiego de Moura Mapa

se manteve, o que reforçou a estratégia chinesa de se consolidar como potência dentro de poucos anos. Para Vizontini, a percepção desse movimento fez com que a política externa norte-americana para a Ásia se desse no sentido de “cravar uma cunha no coração geopolítico da Eurásia, dificultando uma integração física da Rússia com a China”, o que explica, em parte, a “implantação americana no Afeganistão e no Iraque”, na esteira da “guerra ao terrorismo” pós-11 de Setembro (VIZENTINI, 2007, p. 88). O fato, porém, é que a região do Oriente Médio e Ásia Central (capítulo 2º) é a mais instável do planeta desde o movimento sionista, tendo sido o *locus* do “cenário quente” do mundo bipolar.

O desmembramento do Império Turco (após a Primeira Guerra Mundial) foi o marco inicial da história contemporânea do Oriente Médio, em que “o problema judaico”, de um lado, e o “nacionalismo reformista árabe”, de outro (o nasserismo e o pan-arabismo), além da luta anglo-americana pelo controle do petróleo do Golfo Pérsico, dinamizaram os antagonismos regionais (VIZENTINI, 2007, p. 98). Os movimentos nacionalistas emergiram em meio à guerra fria, o que transformou a região em palco de conflitos patrocinados pelas duas superpotências do mundo bipolar (EUA e URSS).

A situação se agravaria, por um lado, com a Guerra dos Seis Dias (1967), iniciada por ofensiva israelense ao Egito, Síria e Jordânia; por outro lado, pela ofensiva sírio-egípcia a Israel, em 1973, na Guerra do Yom Kippur. Todavia, em 1978, foram assinados os acordos de Camp David, conduzidos pelos EUA, que determinavam uma trégua ao conflito árabe-israelense e assinalariam o arrefecimento do nasserismo (VIZENTINI, p. 123-124). Apesar disso, os anos 80 seriam marcados pelos conflitos no Líbano, Iraque-Irã e Afeganistão (o “Arco das Crises”).

A Revolução Iraniana (1979), ao se transformar numa “revolta islâmica e nacionalista contra a cultura ocidental”, gerou uma “histeria pânica no Ocidente”, cujo “bode expiatório” seria o Afeganistão, país aliado da URSS e que, em 1979, foi palco de um conflito interno entre conservadores e progressistas, contando com marcante investimento e apoio dos EUA à guerrilha conservadora (VIZENTINI, 2007, p. 126-129). Por seu turno, a Guerra Irã-Iraque, iniciada em 1980 sob ofensiva iraquiana, “constituía um meio para esmagar a revolução antiimperialista iraniana”.

Contudo, o fim do apoio soviético aos movimentos progressistas (pós-guerra fria) fez, de acordo com Vizentini (2007, p. 130-134), com que “a OLP e os movimentos e Estados reformistas” ficassem em situação difícil. A gradual diminuição do apoio soviético facilitou o cessar-fogo entre Irã e Iraque, já que ambos passavam por dificuldades econômicas. Em 1989, a retirada soviética do Afeganistão apaziguava o conflito.

Em meio ao clima de construção de uma “nova ordem mundial”, nos anos 90, a presença do EUA na região foi dada, por um lado, pela guerra com o Iraque (1991) e, por outro, pela mediação dos acordos entre judeus e palestinos. Entretanto, os processos de paz entre Israel e a OLP sofreram um refluxo com a chegada ao poder de governantes conservadores e radicais em Israel, cujas medidas apenas agravavam os conflitos judaico-palestinos. Nesse cenário radicalizado, em que a globalização e a “crise econômica favoreceu o avanço do fundamentalismo” (VIZENTINI, 2007, p. 143), a Presidência de Bush (filho) e os atentados terroristas de 11 de Setembro se desdobraram na postura unilateral norte-americana de promover uma nova Guerra do Golfo com acusações infundadas contra o Iraque.

Segundo Vizentini (2007, p. 149), a opção pela “Guerra ao Terror”, em que os EUA “começaram a reabrir focos de tensão, enquanto abandonavam o papel de mediador”, confirmam a “hipótese de que os EUA desejavam, em termos geopolíticos, cravar uma cunha entre a Rússia e a China”, já que a “guerra contra o Iraque, por sua vez, constituiria um eficaz instrumento para isolar e derrotar posteriormente o Irã, país aliado da Rússia e China.” Todavia, Vizentini salienta que, apesar de a “doutrina Bush” (guerra preventiva) embasar “ações político-militares unilaterais”, em que se configura “uma nova hegemonia ‘unipolar’ para o século XXI”, ela representa, na verdade, “uma reação para evitar uma tendência histórica que emerge lentamente, a de construção de um sistema mundial multipolar, regulado pela ONU” (VIZENTINI, 2007, p. 156-157), em que os blocos econômicos (fruto da globalização) têm assumido crescente importância política. A outra ponta do processo é o Continente Africano (capítulo 3).

A África contemporânea apresenta uma história repleta de crises, guerras civis, golpes de Estado e instabilidade política crônica que, ao

Dhiego de Moura Mapa

que parece, tem sido superada lentamente nos últimos anos. O início do processo foi o declínio dos impérios coloniais na África, que se iniciou entre os anos 40-50, de forma coordenada por Inglaterra e França, em resposta ao nacionalismo nasserista do Egito e à revolta argelina, respectivamente. Dessa forma, as independências africanas dos anos 50-60 foram acompanhadas da configuração de um “sistema neocolonial de Estados”, gerando um período turbulento, cuja “clivagem principal ocorria entre os países moderados e os militantemente antiimperialistas”, na primeira fase (1956-63) da descolonização africana (VIZENTINI, 2007, p. 160).

Nessa fase, a crise do Congo e a guerra da Argélia fizeram surgir dois grupos de concepções diferentes, o grupo de Brazzaville (moderado e pró-Occidente) e o grupo de Casablanca (neutralista), que seriam congregados na Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Iniciava-se um período no qual “os novos países africanos procuraram se consolidar e buscar o desenvolvimento econômico”, ao longo dos anos 70-80 (VIZENTINI, 2007, p. 171). Tal esforço seria grandemente dificultado pelas barreiras territoriais, étnicas e linguísticas, já que na África, “o Estado antecedia à existência de uma nação”. (VIZENTINI, 2007, p. 172).

Ficaram fora do processo, contudo, os “bastiões brancos do sul do continente” (África do Sul e colônias portuguesas), que foram palco de guerras civis violentas que internalizaram interesses divergentes entre URSS, EUA, China, Cuba e países europeus, que patrocinariam guerras civis, conflitos internos, com financiamento, treinamento militar e envio de tropas.

O fim da guerra fria, porém, foi acompanhado pela retirada das tropas cubanas (1989) e soviéticas da África, bem como pelo fim do *apartheid* na África do Sul (1991), pois o fim da bipolaridade fez com que “o Continente Africano perdesse sua importância estratégica e capacidade de barganha”, resultando na “*marginalização da África no sistema internacional*” (VIZENTINI, 2007, p. 203), o que gerou instabilidade política e econômica crônica no continente. Entretanto, a África Austral, curiosamente, apresenta processos que “sinalizam a reafirmação da África na cena internacional”, pois, a “Nova África do Sul” avança no sentido de gerar “a integração econômica da região”, haja vista seu ingresso na OUA

e a aproximação com o Brasil e o Mercosul (a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em 1993).

O esforço de multilateralização das relações diplomáticas empreendido pela África do Sul – a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – (SADC), em 1992, e a reafirmação da OUA, que, em 2002, se tornou a União Africana (UA), em Durban – são avanços no sentido de se alçar a “reinserção global da África” no século XXI, tendo em vista a marcante presença chinesa no continente, pois “o estabelecimento de laços com o Mercosul, com a Ásia e com a União Europeia propiciará, em médio prazo, melhores condições para a África”, contribuindo com o processo de “construção dos modernos Estados nacionais” na África, superando definitivamente a “colonização peculiar e tardia”. (VIZENTINI, 2007, p. 218-220).

Portanto, o fortalecimento da posição mediadora da África do Sul no conturbado Continente Africano, em conformidade com os outros processos analisados ao longo do livro, ao que parece, reforça a tendência à estruturação de uma ordem mundial multipolar, no qual a África Austral configuraria como polo de poder vinculado à Ásia, Oriente Médio e América do Sul.